

Nacional**Legislação Jogadores menos enganados**

Nos sites legais, os jogadores têm de fornecer dados como a identificação fiscal, mas também recebem a garantia de que o dinheiro ganho vai parar direitinho à conta bancária que indicaram, sem que haja falhas. E se as houver, podem reclamar junto do regulador, que pode atuar junto dos operadores.

Dependências 539 jogadores online requereram autoexclusão em pouco mais de dois meses. Psicólogo alerta para a necessidade de serem criadas linhas de ajuda

Mais excluídos no jogo online do que nos casinos

Dina Margato
dina.margato@jn.pt

▶ Até ao início do mês, 539 jogadores pediram para ser impedidos de entrar em casas de apostas desportivas ou de jogos de casino online. Serão poucos? Muitos? Os pedidos de autoexclusão do jogo territorial mostram que são quase o dobro dos que pedem para não entrar em casinos: este ano, segundo o Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos (SRIJ), há até agora 329 pedidos. No total do ano passado, ascenderam a 533.

Prevista na lei, a autoexclusão foi criada com o propósito de proteger jogadores da dependência e de consequentes contas bancárias abaixo do zero. Na prática, mediante o preenchimento de um formulário, os operadores bloqueiam a atividade aos clientes.

Nesta fase, os 539 pedidos dizem respeito a três sites. A primeira licença – a do site Betclíc.pt, o primeiro a ser lançado em Portugal, a 25 de maio –, sucederam-se outras duas (Bet.pt, Estorilcasinos.pt), uma delas de jogos de casino. Só em junho de 2015, foi criada legislação para o jogo online e a regulamentação demorou o seu tempo. Entretanto, as ofertas fora da lei terão sido fechadas.

Fonte da plataforma “Jogo responsável” e do “Observatório do

Jogo Remoto” prevê mais de uma dezena de sites autorizados no decorrer deste ano. O SRIJ recebeu, “13 candidaturas, sendo que, por regra, cada uma contém pedidos de licença para mais do que uma categoria de jogos e/ou apostas”.

É o corúpio comercial após o vazio legal. No passado, os sites operavam à margem da lei, não eram obrigados a pagar impostos, escapavam à fiscalização e os jogadores não tinham os seus direitos assegurados, nem garantias dos pagamentos apostados. Em 2015, o setor ganhou legislação e medidas protetoras para os clientes, em prol de um jogo saudável. E o Estado passou a reunir condições para combater resultados viciados e branqueamento de capitais.

“Um número elevado”

Pedro Hubert, do Instituto de Apoio ao Jogador (IAJ), considera centenas de pedidos de autoexclusão um número elevado para pouco mais de dois meses, uma vez que esse é o valor total de um ano para os casinos. “É muito. Sendo assim, parece-me urgente que se comece a trabalhar mais nas linhas de ajuda”, alerta.

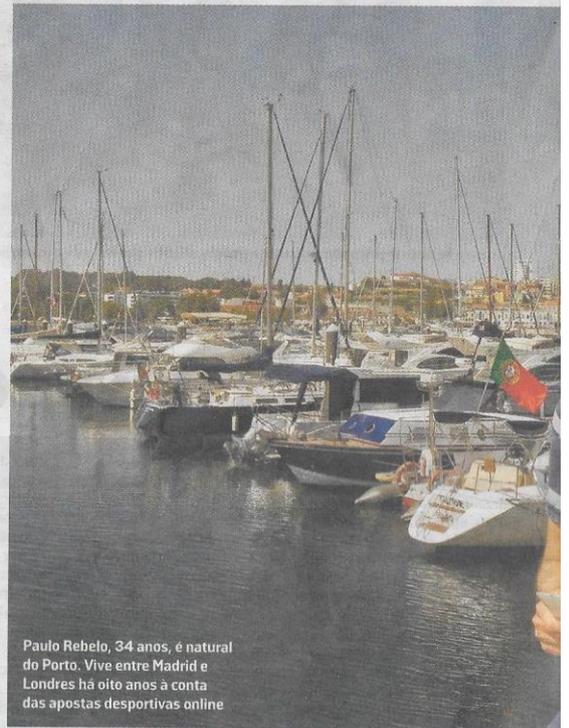
Aos olhos do responsável pelo “Jogo Responsável”, que preferiu não ser identificado, nem são assim tantos. “Estes pedidos podem ser feitos através de um clique e em

cima da hora, porque se está zangado com o resultado de uma aposta, com o desenrolar do jogo”.

Hubert está convencido de que estamos diante de uma moda, à medida de um tipo de utente particular: “Jovem na casa dos 25, 30 anos, com pelo menos 12.º ano ou licenciatura, conhecedores do funcionamento da informática. Percebem melhor os meios de pagamento, os retornos”. Normalmente, são “uma população diferente (dos do casino), com carreira, que lhes dá a ideia de invencibilidade, de sucesso, e aqui têm de perceber que o sucesso passa muitas vezes por deixar de jogar em vez de perseguir o prejuízo”.

O jogo online, defende o psicólogo, tem maior risco de adição, precisamente por causa da facilidade de acesso, de se poder jogar em tempo real e em simultâneo em vários sites e durante 24 horas. “Há uma enorme quantidade de jovens convencidos que percebem muito de futebol e resolvem apostar em tempo real”.

E deixa um alerta: “O jogo é como o álcool. Não tem problema em si, o problema é que algumas pessoas têm predisposição para a dependência e essas pessoas têm de ser devidamente identificadas, e bem avisadas. E os que já têm problemas têm de ser bem encaminhados”. ●



Paulo Rebelo, 34 anos, é natural do Porto. Vive entre Madrid e Londres há oito anos à conta das apostas desportivas online

“Dá muito trabalho pôr dinheiro a trabalhar por nós”

OPÇÃO DE VIDA O fundador da Associação Nacional de Apostadores Online, criada em 2012, é natural do Porto e vive entre Londres e Madrid há oito anos, por causa da atividade profissional: fazer apostas desportivas na área do futebol. Paulo Rebelo, 34 anos, era um incompreendido quando começou a dedicar-se às apostas. Hoje, invejam-no, diz.

Para estar em cima da transmissão dos jogos, começou por mudar-se para Espanha, próximo da fronteira. Mas rapidamente percebeu que precisava de estar perto das grandes ligas. “Da Liga Inglesa, porque tem a maior liquidez de todo o Mundo, e da Liga espanhola, porque tem o Real Madrid e o Barcelona”,

conta. Residindo nessas capitais, conseguiu assistir aos jogos com segundos de antecedência, o que determina o sucesso da aposta e da sua alteração à medida que a partida evolui. Tudo a uma velocidade estonteante.

O seu trabalho baseia-se em probabilidades, que, por sua vez, se sustentam em informação que vai reunindo sobre os jogos e sobre os atletas. “Se um jogador se lesiona, isso vai fazer com que seja menos provável que ganhe”.

Paulo Rebelo era miúdo quando se sentiu fascinado pelo prazer da aposta. Mais tarde, na sequência do curso da Faculdade de Economia da Universidade do Porto que frequen-